

24 MAI 1987

O GLOBO (ANC)

PR O PAÍS • 5
mandato

24 MAI 1987

Simon concorda que Sarney fique os 5 anos

PORTO ALEGRE — O Governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, manifestou ontem seu apoio à decisão do Presidente José Sarney de fixar o mandato presidencial em cinco anos. Em telex enviado ao Palácio do Planalto, Simon argumentou que no momento o bom senso recomenda que Sarney e os próximos Presidentes governem o Brasil por cinco anos.

Na opinião do Governador gaúcho, a sociedade dará uma resposta favorável ao apelo do Presidente Sarney na questão da duração do mandato porque todos compreendem a necessidade da "unidade do sentimento nacional" para que se encontre o caminho que levará o Brasil a vencer "a grave crise" que atravessa.

Simon disse acreditar que os políticos que estão em Brasília elaborando a nova Constituição compreenderão a importância do gesto de Sarney:

— Os Constituintes entenderão que o mandato de cinco anos é a solução adequada e recomendável nas circunstâncias atuais — finalizou.

Cabral afirma que Constituinte define mandato

SÃO PAULO — Uma monarquia com o nome de presidencialismo. Foi assim que o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral (PMDB-AM), definiu ontem o atual regime de Governo, ao comentar que o Presidente Sarney não atrapalhou a Constituinte ao fixar o seu mandato em cinco anos.

Cabral acrescentou que apesar da vontade de Sarney, a duração do mandato presidencial será decidida "pelo desejo da maioria da Constituinte".

— O Presidente está só utilizando a força do sistema presidencialista, que é muito maior do que se pensa. Não sei se é o mais correto, mas dentro da ordem democrática o Presidente tem o direito de falar, mesmo que não seja no momento oportuno, e os constituintes de se manifestarem sobre o que ele disser.

Para Cabral, Sarney deveria esperar a convenção do PMDB em junho. Acredita que ele falou em cinco anos respaldado por "uma base política". Destacou, no entanto, que prevalecerá o resultado da convenção. Sobre ela não quis fazer nenhuma previsão alegando a existência de três correntes: uma que quer os seis anos (o relator se inclui nela, embora seja partidário do parlamentarismo); outra liderada pelo Senador José Ricalha, que defende cinco anos; e a terceira, comandada pelo Senador Mário Covas, favorável a quatro anos.

— Não sei ainda o que a maioria pensa, mas é ela que definirá o mandato presidencial — disse Cabral.

Cabral deseja fazer uma Constituição do Brasil real e não do Brasil ideal, como explicou. Para ele, são grandes as chances de ser aprovado o parlamentarismo porque chega a 60 por cento o índice dos Deputados favoráveis a ele.

Em sua defesa do sistema parlamentarista, o Deputado destacou que ele acabaria com o clientelismo no Brasil, que considera "um vício de origem".

— A carta de Pero Vaz de Caminha terminou com um pedido de emprigo para um sobrinho dele. O fato é que nosso País é essencialmente clientelista — lamentou.